

A MÍNIMA EFETIVIDADE DA LEI 10.639/2003, COMO UM DOS MECANISMOS MAIS CONTUDENTES PARA A MANUTENÇÃO DO RACISMO

Lívia do Amor Divino Santos¹

¹Graduanda em Direito (UNIMAM), UNIMAM, liviadinvosantos2002@gmail.com.

A lei 10.639/2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. No entanto, poucas escolas brasileiras tem cumprindo a determinação legal. Não obstante, é evidente que as escolas que cumprem essa lei ainda possuem a educação com um viés eurocentrista. Além disso, os materiais didáticos utilizados nas escolas possuem pouquíssimos conteúdos sobre a história da África e há pouco interesse dos órgãos gestores da educação brasileira, no que diz respeito a aplicação da lei. Sendo esses fatores uma consequência do racismo estrutural. Diante disso, o presente trabalho busca debater acerca da pequena inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, bem como sobre a manutenção do racismo como consequência do silenciamento das instituições de ensino, identificando de que maneira a escola pode contribuir com a luta antirracista. São ainda, objetivos específicos do presente trabalho provocar um debate acerca da mínima aplicação da lei 10.639/03, nas escolas públicas e privadas e sobre o interesse acadêmico; analisar o quanto a história contada sob um olhar eurocêntrico dificulta o combate ao racismo; promover uma reflexão sobre como a ausência de conhecimento da história e cultura africana impacta na vida das crianças negras; e além de promover uma análise sobre como o apagamento da história de um povo que teve sua vida marcada pela escravidão e por muitas lutas por dignidade, gera desvalorização, intolerância cultural e a normalização de um racismo que é histórico e estrutural. Esta pesquisa está inserida no paradigma das pesquisas qualitativas, considerando o seu foco enquanto natureza do fenômeno dedutivo, sendo, portanto, bibliográfica e documental. Como objeto de estudo, foram realizadas análises em livros, artigos, projeto de lei, bem como a pesquisa acerca do contexto histórico da escravidão no Brasil e a urgência da efetividade dessa norma nas escolas brasileiras. São esperados como resultado do presente estudo a identificação da necessidade do estudo da história e cultura africana e afro-brasileira, tendo a educação como uma política primordial para o combate ao racismo. Além de fomentar discussões no âmbito político, nas instituições de ensino e nos órgãos responsáveis pela educação brasileira, relacionados aos impactos da mínima efetividade da lei, a fim de que haja incentivo ou imposição da aplicação da norma nas escolas e as crianças passem desde cedo a respeitar a história e cultura de um povo que historicamente foi e é marginalizado e para que possam desconstruir seus preconceitos que são estruturais.

Palavras-chave: História. Racismo. Escola. Cultura. Lei.